



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 33

Sessão Ordinária de Dezembro

4.ª Reunião de 03-01-2003

Aos três dias do mês de Janeiro de dois mil e três, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Jaime Simões Borges, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes de Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Vítor Manuel Santos Marques, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, António Manuel dos Santos Salavessa e Élio Manuel Delgado da Maia.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:
Maria da Conceição Seixas Almeida.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira, Ângelo Pereira Pires e Luís Miguel Capão Filipe.

O Vereador Manuel Fernando Ferreira Rodrigues entrou na sala às 21:30 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição, nesta reunião, da Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, por Paulo Jorge Teixeira de Jesus.

Ainda nos termos da legislação em vigor, deu conhecimento da substituição também nesta reunião, do Presidente de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, por Luís Paulo Pinheiro Tavares.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu continuidade à discussão do ponto n.º 3 da Ordem do Dia para esta Sessão Ordinária, iniciada na última reunião.

PONTO N.º 3 – CÂMARA MUNICIPAL – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2003. (CONTINUAÇÃO)

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em Reunião Ordinária de 28/11/2002, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Membros da Assembleia:

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Braga Alves (PS)

(Deu entrada na sala a vogal Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete).

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu fiz um pequeno estudo relativamente ao Orçamento de 2003 e o Orçamento passado de 2002, e é com base nesse estudo que eu vou apresentar os dados que aqui tenho.

Assim, comparei as despesas da Câmara que estão mencionadas no Orçamento de 2002 e as despesas que estão mencionadas no Orçamento de 2003; correntes e de capital. E isto vem à liça pelo seguinte: porque o Sr. Presidente da Câmara falou numa contenção de despesas para este ano.

Despesas correntes, que se cifravam no Orçamento de 2002 em trinta e três milhões de euros passam em 2003 para trinta e nove milhões de Euros. Uma subida de 19,8 %.

Despesas de capital, que se cifravam em 2002 de noventa e oito milhões de euros passaram para cento e dezasseis milhões de euros, o que perfaz um total de aumento de despesa de 19,1%.

Eu recorro que as despesas de investimento, pese embora aqui nesta sala já muitas vezes se ter falado que as despesas de investimento são boas despesas — nem sempre são boas despesas. Uma pessoa pode fazer muito investimento e não trazer daí proveito absolutamente nenhum; é o que me parece que nalguns casos poderá vir a ocorrer.

Mas o que é mais grave nesta situação são as previsões de receitas. E assim, comparativamente entre o previsto para 2002 Orçamento e o previsto para 2003 Orçamento: previa-se em 2002 uma receita corrente de trinta e cinco milhões de euros; prevê-se para este ano quarenta e três milhões de euros - aumento de 21,2%. Previa-se para 2002 uma receita de noventa e cinco milhões de euros - prevê-se para este ano cento e treze milhões de euros - aumento de 18,3%. O que perfaz uma totalidade de receita de 19,1%. Não entendo!?

O que é mais estranho ainda é a proveniência das receitas. Assim, pensa-se que com a Contribuição Predial Autárquica, haja um aumento de 31,5% em receitas; o Imposto Municipal de Veículos - com a aquisição de veículos que está a ocorrer por aí assim, aumenta em 31%. Os impostos relativos à ocupação de via pública aumentam em 69,4%. As taxas e multas aumenta em 20,4%. As vendas de bens (e aí eu já acredito), aumenta em 45,5%. E as vendas de serviços em 118,2%.

Mais estranho ainda (e eu acredito que houve apostas aqui assim do município relativas a saneamento e outros casos), mas mais estranho ainda é que depois vem o reverso da medalha: a despesa com a Educação reduz-se drasticamente em 14,5% (no total); isto são os dados que estão no Plano e Orçamento, previsão de 2003, comparativamente com os dados

de 2002. A Saúde seja reduzida em menos 6,6%. E depois, o que eu acho que tem um bocadinho a ver com esta Câmara que é a obra de fachada, vem a requalificação e a valorização urbana, que imagino que tenha muito a ver aqui com a cidade de Aveiro e tenha pouco a ver com as freguesias; que aumenta em 134,1%. E a comunicação e transportes que aumenta em 113,1%.

Em conclusão. Eu considero particularmente que este Orçamento é completamente irrealista e não só; é irrealizável! É um Orçamento que como já disse o meu colega da bancada do CDS/PP - bastante empolado, em que as rubricas mais substanciais são as grandes, são as relacionadas com as grandes obras de fachada que a Câmara nos quer presentear. Ou seja, é show-off. É um Orçamento virtual e cheio de virtualidades. É um Orçamento que mais uma vez tenta iludir os aveirenses e que pretende dar a esta Câmara, a este Executivo, uma carta branca para poder utilizar e dispor das verbas como lhe aprouver e quiser.

Como mais tarde os meus colegas de bancada vão ter oportunidade de demonstrar, a execução orçamental de 2002, de facto, e não como estava previsto no Orçamento de 2002, não ultrapassou os 50% — o que torna ainda mais irreal este Orçamento de 2003. Logo, só posso pensar que é mais um sonho deste Executivo e que certamente este sonho se tornará um pesadelo a curto prazo.

Por último e referindo-me à informação provisional de 2003/2004 do Parque Desportivo de Aveiro, eu gostaria de fazer uma pergunta à Câmara e gostaria que o Sr. Presidente me respondesse. Cito, página 3: “refira-se por último que durante 2002 a Câmara apenas colocou na PDA trezentos e nove mil euros (dos quais cento e quarenta e nove mil relativos à realização de capital) — Substancialmente inferior ao que estava previsto; o que de algum modo limitou a acção da empresa, nomeadamente, no que respeita ao processo de aquisição de terrenos”. (nota de rodapé) Esta verba claramente insuficiente para suprir as necessidades de funcionamento da empresa, pagamento a projectistas e prestadores de serviços vários, o que obrigou à contratação de um empréstimo da PDA junto da Caixa Geral de Depósitos, no montante de quinhentos e noventa e quatro mil euros.!?

A minha pergunta prende-se com o seguinte: como é que é possível ser este um dos projectos bem queridos da Câmara, e estarmos nós a financiar bancos com juros porque nem às nossas empresas digamos assim, “empresas municipais”, providenciamos os meios e recursos financeiros necessários para a sua boa execução orçamental!?

Finalmente, eu já agora gostaria de saber o objectivo este ano é, aquisição de terrenos pela PDA. O que é que se pretende? Como é que vão ser feitas as expropriações? E que argumentos é que vão ser dados aos expropriados quando no futuro algum desse espaço vai ser vendido para eventuais moradias - que não será somente para um parque desportivo de Aveiro? Serão lá construídas moradias privadas quer-me parecer.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quero falar sobre o Orçamento, mas antes disso eu gostava de ver com vocês (e alguns destes números já foram postos), os números que a Câmara apresentou, para depois passarmos realmente para o Orçamento.

E em termos práticos, o passivo desta Câmara aumentou em cinco meses, desde Junho (e eu reporto-me aos dados apresentados apenas e unicamente nas explicações do Sr. Presidente), aumentou em nove milhões de euros! À custa de quê? Dos fornecedores, dos empreiteiros, das entidades subsidiárias — estranhamente às entidades oficiais até baixou o passivo e dos outros diversos que devem ser dívidas avulso. Também não se pode queixar daquilo que o Estado deve porque o Estado reduziu em três milhões de Euros a dívida que tinha neste espaço.

Portanto em termos práticos, a despesa corrente (e isto reportando-me aos últimos dados de Dezembro), a despesa total, contabilizou cinquenta e sete milhões de euros.

Se nós fizermos uma média à despesa desta Câmara em Junho, (com seis meses), a Câmara em despesas correntes gastava 1,4 milhões de euros mensais. Mas, agora, passados onze meses gasta 1,8.!? Portanto aumentou a despesa corrente.

A despesa de capital estabilizou. Estabilizou em Setembro, ao fim de oito meses e no fim de Dezembro, continua a ser a mesma.

Conclusão: o passivo aumentou em cinco meses, nove milhões! A despesa corrente não parou de crescer e o investimento estabilizou.

Então Sr. Presidente, para que é que andou a fazer “30 medidas”? Eu acho que a única coisa... sabe, eu já tive uma loja de cosméticos e eu acho que foi mesmo para dar uma cosmética, porque de facto não vejo outra alternativa. Gastou-se mais e o passivo aumentou; é uma realidade!

A execução orçamental, já aqui foi dito, este ano e como estimativa dos últimos números dificilmente passará os 45,66%. Dificilmente! Aliás, a contrapor com as eficácias anteriores vem sempre a descer ao longo dos anos, vem sempre a descer.

Passando ao Orçamento propriamente dito, eu dei-me ao trabalho de ir ver o que é uma definição de Orçamento, porque eu achava isto tão estranho e peço desculpa mas vou ler: «é o cálculo ou conta das receitas e das despesas prováveis, de determinado sujeito económico, a realizar durante um período de tempo (geralmente um ano). De interesse especial é o do Estado ou das Câmaras Municipais, em que geralmente se faz a provisão dos recursos (receitas), e as finalidades a que esses recursos irão ser afectados (as despesas). Do ponto de vista político, estes Orçamentos caracterizam-se por ser o instrumento de autorização por parte do Parlamento ou das Assembleias Municipais, como norma de controle do Executivo e muito importante, de garantia para os cidadãos».

Portanto, Sr. Presidente, o Orçamento deverá reflectir uma previsão da despesa a executar face à receita prevista, mas de um modo objectivo e realista. Tendencialmente realista.

A boa gestão, é aquela que sabe organizar um Orçamento para uma despesa eficaz dos dinheiros públicos. Um bom gestor tem uma despesa inferior à receita ou tende a aproximar-se dela, potenciando ambas ao máximo — Pelo menos é isso que nós esperamos! É isso que os aveirenses esperam dos gestores dos dinheiros que caem na Câmara.

Se lermos os documentos, infelizmente, ficamos com a sensação que está feito à margem e à medida do último regulamento de taxas: foi feito em cima do joelho, mas tinha que dar certo. “a” despesas imaginativas versus “b” de receitas — O caso é um caso virtual, por isso é que eu mudei o “x” e o “y” para não ser assim.

Salta deste Orçamento, à primeira vista e logo, o aumento brutal da receita. Aumenta-se bastante! Com a eficácia que vem demonstrando da recolha de dinheiro onde é que pensa ir buscá-lo? Mas isto não é novo!? Porque a sobre-orçamentação já vem de longe — aprenderam com certeza com aquele que não fazia contas ou não sabia fazer muito bem as contas, que era do antigo governo; o Eng.º Guterres.

Mas, se lermos o documento, não podemos deixar de criticar a insistência dos Orçamentos sobrevalorizados na receita e na despesa. Infelizmente, assim não presta um serviço sério à democracia, pois defrauda claramente as expectativas criadas aos cidadãos eleitores. Aos eleitores e àqueles que lêem este documento porque ainda acreditam na boa fé dos políticos. E assim, ficam a pensar que vão fazer obras que não vão fazer; são surrealistas.

Mas o que é que vemos neste Orçamento? Uma clara fuga para a frente! Como nunca se diz que não — promete-se! Como se promete e não se sabe com que dinheiro se vai pagar — aumenta-se o Orçamento! No fundo, está a prometer para não fazer dando a sensação que vai fazer e assim defrauda os munícipes.

É fácil de ver neste Orçamento. E vamos só verificar aqui algumas receitas, eu até penso que isto não é novo (já aqui foi dito): Pessoal custará 10,4 milhões de euros; os Bens e Serviços 18,5 milhões de euros; os juros da dívida 2,4 milhões de euros; depois só basta somar os passivos financeiros que a gente espera que paguem e aquilo que está para o Estádio. No mínimo, isto já dá setenta e um milhões de euros!?

Se nós virmos a orçamentação anterior ela não passará dos setenta e cinco — Fica com três milhões e pouco para gerir a Câmara!?! Só com despesas obrigatórias já ultrapassa a receita deste ano — isto não vamos pôr mais nada, só vamos pôr estas cinco ou seis rubricas.

O Sr. Presidente ao laborar neste tipo de Orçamentos, de imaginação, que eu acho que é uma imaginação muito fértil principalmente pela parte das receitas, está-nos a obrigar a dar-lhe um cheque em branco. Nós gostaríamos de ter uma ideia de onde vai gastar o dinheiro! Isso está na lista de intenções, mas de facto nós não sabemos onde é que o Sr. vai gastar o dinheiro. E só por isto: porque a receita ao ser aproximadamente metade do esperado e a despesa nesta proporção, nós não vamos saber aonde é que o vai gastar porque vai andar a tirar coisas de um lado para o outro e afinal de contas a lista que está programada não vai ser cumprida. Aliás, o meu colega já disse isto: é que não há milagres para isto!

Para a receita que pensa ter eu não vejo alternativa: ou dá o golpe do baú e aí talvez fica com uma Câmara rica (mas agora também é coisa que não há), não sei como é que vai fazer. Mas o pior deste Orçamento não é todos estes números - não é isto que é o pior. O pior, é a realidade que ele de facto encerra. É que temos uma Câmara que não sabe gerir o dinheiro que nós lhe pomos; e eu temo que isto já seja um bocado endémico. Já estamos como o José do bronze, que ganha dez e gasta onze. Mas o pior é que, pensam que vão ganhar dez e já estão a gastar é cento e onze. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria primeiro que tudo, ao analisarmos este Plano de Actividades e Orçamento, aqui chamado de Grandes Opções do Plano, primeiro dizer que olhando para estas grandes Opções do Plano, como o Sr. Presidente da Assembleia já fez o favor de nos lembrar, não quer dizer que sejam grandes obras, quer dizer que são as grandes opções desta Câmara Municipal. Nós podemos ver que as intenções de investimento da Câmara Municipal para 2003, em relação a 2002, vão incidir no desporto e tempos livres; na urbanização; na rede viária; no mobiliário urbano e no equipamento para administração municipal. São estas as grandes rubricas que há a intenção. E eu friso, há a intenção de investir! Ou seja, para se fazer esta intenção de investimento há um assumir já aqui neste Plano que vai haver um desinvestimento. Ou seja, um desinteresse pela Educação. Por exemplo: projecto “Autarquia – Parceiro Educativo” é reduzido a zero! O que não seria de esperar porque realmente haver na autarquia um Parceiro Educativo na maneira como as coisas estão, seria realmente deseducar. Vemos que há um desinvestimento assumido na Cultura e na Juventude; há um desinvestimento assumido na Acção Social ao contrário daquilo que o Sr. Presidente da Câmara fez passar para os jornais; há um desinvestimento no Planeamento Urbanístico reduzido a zero — o que quer dizer que não há qualquer intenção em planeamento urbanístico; há um desinvestimento em saneamento e salubridade ao contrário daquilo que o Sr. Presidente afirmou na apresentação deste plano; há um desinvestimento na protecção civil; há um desinvestimento no desenvolvimento económico e abastecimento público; há um desinvestimento na defesa do ambiente. O projecto “Aveiro município sustentável”, tem zero de Orçamento. Logo Aveiro e eu também não tenho dúvidas, tal como a Câmara não tem dúvidas, está-se a tornar um município insustentável.

Por isso, parece-me que estas grandes opções do plano, mostram-se para já muito desequilibradas, com um desinvestimento em áreas fundamentais para a qualificação dos cidadãos numa sociedade que nós queremos que seja moderna, uma sociedade com mais educação, mais cultura, mais acção social, mais solidária, com planeamento, onde a protecção civil se faça sentir e onde o meio ambiente esteja sempre presente. As grandes opções do plano desta Câmara Socialista, por isso a serem aprovadas, tornariam o município de Aveiro, um município insustentável do ponto de vista do desenvolvimento social, económico e mesmo cultural. Mas isto são só previsões porque estas previsões não podem, nem são de maneira nenhuma suportadas pela previsão das receitas. A previsão das receitas é uma utopia. O Sr. Presidente pode crer que eu também fico muito triste de nós não termos a receita que o Sr. Presidente acha que nós vamos ter - eu gostaria muito de ter esta receita e de ter mais receita; eu não fico contente por o Sr. Presidente estar a errar nas previsões, agora nós temos que ser realistas, porque é só se nós conhecermos os problemas e se nós encararmos de frente com os problemas é que os podemos resolver. Não é escondendo os problemas e esta estimativa de receitas, não é mais do que esconder os problemas aos aveirenses e a todos nós e a todos aqueles que não queiram ouvir.

É uma estimativa de receitas com base — bem... o aumento da contribuição autárquica é um facto e vai aumentar 30%, foi aprovado por esta Assembleia com os votos contra de muitas pessoas que estão aqui nesta Assembleia e vai haver uma estimativa também de receitas com base nas taxas que também tem vindo a ser aprovadas por esta Assembleia e vai ter também uma estimativa de receitas que tem a ver com a venda de terrenos.

A venda de terrenos, de uma maneira como nunca se tinha visto, aliás, os próprios terrenos e os valores dos terrenos que não vendeu o ano passado aparecem neste plano inflacionados. Por exemplo: os terrenos do Plano de Pormenor do Centro aparecem inflacionados em mais 25% em relação à estimativa de receita para o ano passado. Os terrenos do ex-matadouro aparecem este ano mais inflacionados do que o ano passado em 34%. Os terrenos para a Direcção Geral de Viação aparecem inflacionados em mais 85%. Os terrenos junto à Guarda Fiscal aparecem inflacionados em mais 20%. Os terrenos para habitação social aparecem inflacionados em mais 29%.

Ou seja, há uma previsão de receitas que de maneira nenhuma é real, pelo menos no que diz respeito à venda de terrenos ou seja, se já o ano passado teve uma grande dificuldade em vender os terrenos pelo preço que queria, este ano muito pior vai acontecer. E por isso, de maneira nenhuma vai conseguir vender os terrenos ao preço que propõe neste Plano.

As receitas reais são de quanto? Bom, pelo Relatório de Actividades e Contas de 2001, nós tivemos no município de Aveiro, receitas no valor de 53,5 milhões de euros. De acordo com a Comunicação do Sr. Presidente da Câmara em Dezembro deste ano, as receitas estavam em 58,8 milhões de euros!?

Pelos cálculos que andei a fazer verifiquei que a Comunicação do Sr. Presidente da Câmara de Dezembro, no que diz respeito às receitas, situa-se cerca de 3% menor do que depois das receitas apuradas no Relatório de Actividades referentes a esse ano. Ou seja, se já em Dezembro estima que as receitas são de 58,8 milhões de euros, na sua Comunicação as receitas não vão passar os 60 milhões de euros — e mesmo assim há um aumento das receitas de 12 a 13% comparado com o ano anterior; o que até não é mau, não fosse a previsão de no ano passado assumir que as receitas iriam ser de 136 milhões.

Não vão ser nada 136 milhões, vão ser de 60 milhões. E 60 milhões, é metade daquilo que estava previsto. Menos de metade do que está previsto significa que pela primeira vez o município de Aveiro (e eu repito), pela primeira vez o município de Aveiro tem receitas inferiores a 50% daquilo que foi orçamentado!?! Isto parece-me gravíssimo, batermos este record pela negativa — não chegamos aos 50%!?

É impossível – o município de Aveiro passar de uma receita de sessenta milhões de euros para cento e cinquenta e seis milhões de euros! E mais uma vez eu repito: eu gostaria muito que isso acontecesse, mas é impossível que isto aconteça! E se nós não estivermos conscientes desta realidade será muito grave porque não poderemos nunca olhar para os problemas de uma maneira a que os possamos resolver. E por isso, vamos então tendo em atenção as receitas reais de 60 a 70 milhões de euros. Onde é que é de esperar que essas receitas sejam utilizadas?

Bom, se forem utilizadas 10,5 milhões de euros em pessoal; se forem utilizados 10 milhões de euros só com encargos aos empréstimos — não estou a falar da dívida anterior, aliás que essa dívida aos fornecedores moralmente devia de estar a ser paga. Mas nem sequer estou a falar dessa. Estou a falar dos encargos com empréstimos que são de 10 milhões. E já agora nestes encargos com os empréstimos só fazia notar o seguinte: é que os encargos com os empréstimos são quatro quintos. Que já são dívida do PS; um quinto é dívida do PP.

E, olhando para essa dívida, podemos ver que o PP na altura gastava e pedia os empréstimos para construção de habitação social; hoje em dia o PS aquilo que faz é dizer: “Oh, que pena, que agora nós íamos construir habitação social.” Só que na realidade muito pouco ou nada fez no campo da habitação social e por isso estes empréstimos não são para isso e vai ter que os pagar — Nós todos vamos ter que os pagar!

Estes quatro quintos significam 90% dos encargos. São dívidas assumidas já na gestão socialista. Por isso 10,5 milhões de euros com pessoal, 10 milhões de euros de encargos com empréstimos e 44,7 milhões de euros se quiser assumir, como assumiu na Câmara Municipal, que vai fazer as transferências que prometeu para as Freguesias, que vai fazer as transferências que prometeu para os Serviços Municipalizados, que vai fazer as transferências que prometeu para as Empresas Municipais... acabou a receita!

Ou seja, não há dinheiro para fazer mais nada e por isso não deixa espaço sequer para as actividades mais relevantes que aparecem no próprio Plano que estão orçadas em 26,7 milhões de Euros. Nem sequer as participações da Câmara Municipal nas obras comparticipadas que montam a 38 milhões de euros. Não há dinheiro para isto!?

E por isso, atendendo a esta análise que pudemos fazer deste Orçamento, eu penso que... há bocadinho falou-se dum cheque em branco, eu acho que se nós nos abstivéssemos numa votação destas significaria realmente o estarmos a passar um cheque em branco! E por isso eu acho que nós só podemos alertar esta Assembleia e alertar os aveirenses para esta situação calamitosa, de precipício, onde nós estamos a cair, a nível de uma má gestão financeira. Nós votaremos contra este Orçamento. É este o propósito com que a bancada do PSD está aqui hoje nesta Assembleia; para chumbar este Orçamento. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eis-nos então chegados talvez ao ponto mais alto, embora ainda o ponto 3 da ordem de trabalhos desta Sessão Ordinária de Dezembro da Assembleia Municipal de Aveiro - já em Janeiro — para entrarmos bem o ano, como convém.

E Sr. Presidente, ao analisar este documento, perpassaram pelo meu espírito, digamos assim, algumas sensações contraditórias. E contraditórias a valer (digamos assim também), porque houve uma fase em que estudando o Orçamento e aquilo que a Câmara propõe, confesso Sr. Presidente e Caros Colegas de Assembleia, que não sabia para que lado havia de ir - como o tolo no meio da ponte! Não que não soubesse à partida ou que não estivesse consciente à partida de algumas premissas, que mesmo sem este Orçamento nos ter sido entregue ainda, ou este Plano de Actividades, nós bancada do CDS/PP já sabíamos que iam estar aqui incluídas neste Plano de Actividades e Orçamento — e elas são várias.

Sabíamos e constatámos depois, que iria haver um abrandamento notório daquilo que esta Câmara prometeu ao eleitorado e considerou ela própria, só ela própria, como obras emblemáticas e de futuro para o concelho de Aveiro. Cito algumas: a Pista de Remo; a Pista de Atletismo; o Mercado Abastecedor; o Eléctrico Rápido de Superfície (ou o Metro de Superfície); a Europa dos Pequenitos - tantas vezes aqui falada. Estas obras, emblemáticas e de regime, diria eu, abrandam claramente!

Falou-se também aqui no Saneamento; falou-se na última reunião desta sessão. Falou-se hoje, também pela bancada do PSD, do Saneamento. Eu permito-me recordar esta Assembleia e quem quiser ouvir, que de há dois anos a esta parte, que o Sr. Presidente da Câmara promete os 99%! Para quem partiu de setenta e qualquer coisa, o Sr. Presidente em três anos fez 20% — e fez bem! Há dois anos promete os 99%. Volta a prometer, como prometeu na apresentação que fez deste documento os 99% de cobertura pelo saneamento básico — abranda claramente neste Orçamento! Se calhar é um Orçamento auto-reprodutor digamos assim. Será um híbrido de saneamento que por aí vai crescendo - qualquer toupeira - e quando dermos por ela estamos nos 99%. Se assim for, tudo bem, encantados da vida!

A cidade nascente, caso se recordem, foi aqui alvo de um debate em sessão extraordinária no ano de 2002, debate interessantíssimo - digo eu, e muito sobre ela se falou, muito sobre ela a Câmara de Aveiro dissertou. E nela, a Câmara de Aveiro disse a esta Assembleia e a uma ilustre plateia de convidados, nela depositava, repito, a Câmara de Aveiro, as maiores esperanças — como tem obrigatoriamente que depositar. Cidade nascente, pelo investimento que se extrai ou pelas intenções de investimento (melhor dito) que se extraem deste documento — a cidade nascente abranda também ela própria! Digamos que prematuramente não deve nascer. Mas Sr. Presidente, depois do tempo, também é mau (para utilizar uma linguagem mais obstétrica).

Portanto, há por exemplo na cidade nascente, uma obra que o Plano de Urbanização enfoca, enfatiza e giza, como uma das obras fundamentais para o desenvolvimento de Aveiro, que é a transformação da N109 numa grande Avenida ou no grande “boulevard Girão Pereira” - como aqui eu creio que já se sugeriu. É que, passo a brincadeira, claramente se desinveste nessa obra que nós CDS/PP considerávamos fulcral para o desenvolvimento da nossa cidade. Das transferências para as Freguesias - já sei, porque já li, e já ouvi o Sr. Presidente da Câmara várias vezes ou repetidas vezes dizer, que afinal até vai transferir mais, etc. e tal — nunca percebi muito bem essas contas!?! Creio que também não é hoje que as vou perceber. Aquilo que eu posso analisar e aquilo que todos temos que analisar é que, efectivamente, baixaram 20%. E portanto, também aí (sendo que baixaram 20% de uma verba que por uns gráficos que o meu colega de bancada António Granjeira aqui tinha), baixaram 20% de um montante já de si insignificante — pronto, parece-nos a nós!

A Habitação Social. O Sr. Presidente, desculpar-se-á agora com a conjuntura. Mas eu relembro Sr. Presidente, que esta conjuntura tão negra, tão negativa e tão penalizadora para a construção de habitação social, dura desde Março. Lembro também, que até 17 de Março ou seja em 2001, em 2000, em 1999, o Sr. Presidente, sobretudo em 2002, 2001, não construiu mais do que seis (creio eu), casas de habitação social!?! Particularizar ou pormenorizar um número é sempre perigoso.

O Sr. Presidente poderá dizer que não, que construiu oito. Pronto, mas construiu muito pouco e, portanto, a conjuntura que agora lhe servirá creio eu como arma de arremesso, alibi, não é certamente a mesma que o impediu de construir habitação social no ano de 2001, nem no ano de 2000. Portanto creio que há argumentos que à partida, por forma a podermos todos aqui discutir novamente, digo de uma maneira aberta, frontal e honesta não se deveriam utilizar — este é claramente um deles. A conjuntura é o que é! Todos nós sabemos de onde vem esta conjuntura negativa, todos nós sabemos quais foram as causas para esta

conjuntura negativa e todos nós sabemos que se nada fosse feito, esta conjuntura negativa não só não permitiria ao Sr. Presidente da Câmara e à Câmara Municipal de Aveiro construir mais habitação social, como se calhar também não permitiria construir o Estádio. Se nada fosse feito, se calhar nem o Estádio construía. Portanto a conjuntura vale o que vale, e vale o que vale, sobretudo, consoante o lugar onde nos sentamos.

Nesse lugar a conjuntura é claramente um alíbi. Neste lugar de onde observamos este Plano de Actividades e Orçamento, deixa de o ser, porque não se pode utilizar algo como uma face de uma moeda para umas coisas e deixar de utilizar essa mesma face dessa mesma moeda para justificar outros insucessos ou outros falhanços.

Depois Sr. Presidente, claramente, como disse e muito bem o meu colega de bancada António Granjeira, a despesa corrente aumentou!? As despesas correntes aumentaram ao longo deste ano e nos anos transactos a mesma coisa. E portanto, efectivamente, aquele plano das “30 medidas” (gostaria que o Sr. Presidente pudesse dar-nos uma luz mais iluminadora - passo a redundância) sobre efectivamente qual o alcance que o Sr. Presidente entende que conseguiu ao aplicar estas “30 medidas”?

Falou-nos aqui em tempos que já permitiram uma poupança de 17%! Agora, 17% sobre o quê? Qual era o objectivo de poupar? Eram 30%, eram 18%? É que se eram 18% já quase poupámos o que tínhamos a poupar, mas mesmo assim estamos a gastar mais!

Portanto Sr. presidente, diga-nos por favor, qual o alcance que pretende destas trinta medidas e uma vez que a despesa corrente claramente aumentou, o que é que falhou? O que é que está a correr mal?

Depois Sr. Presidente, há algo que não podemos deixar de dizer, até porque foi o que sempre viemos dizendo ao longo deste mandato e do mandato anterior. O Sr. Presidente recorre para aumento no campo das receitas e para o aumento das receitas recorre à fiscalidade, aos impostos, às taxas, às licenças, aumentando-as! Falo das taxas urbanísticas, taxas e licenças urbanísticas, não das não urbanísticas que graças a Deus nesta Assembleia teve o bom senso de fazer baixar a uma comissão para que pudesse ser trabalhado. Falo de todas as licenças, falo dos transportes públicos, falo da recolha de lixos, falo da contribuição Autárquica, falo da água — tudo isto aumentou! E como dizia muito bem o Vereador Capão Filipe na reunião de Câmara, aumentou para além do limiar da fiscalidade justa Sr. Presidente.

Eu não diria, como já alguém aqui disse, que Aveiro está a tornar-se insustentável. Porque sou de Aveiro e tenho muita pena em o dizer, mas efectivamente começa a ser muito difícil viver com qualidade em Aveiro. Começa a ser muito difícil porque tudo isto está a crescer para além daquilo que é justo, para além daquilo que nesta conjuntura em que o partido socialista (volto a dizer) deixou o país. Nesta conjuntura, o cidadão aveirense terá enormes dificuldades em fazer face. Enormes!

Depois Sr. Presidente, recorre, se calhar como último recurso à venda em leasing, em leaseback, do património, dos terrenos da Câmara de Aveiro. Dos terrenos de Aveiro, não é da Câmara de Aveiro! De Aveiro, dos Aveirenses. É obvio que este é um património que acaba, que não dura sempre, que é finito. É obvio que este é um património que pode ir até ali e que pode dar aquela receita; que todos nós já sabemos onde vai dar, também! Construindo mais património, neste caso edificado, que é o Estádio, esperemos que daqui a vinte anos quando alguém precisar claramente de solver a Câmara de Aveiro dêem ‘dez reis de mel quado’ pelo Estádio. Também nessa altura pode ser vendável — como já devia de ter sido; adiante!

Este é, portanto, Sr. Presidente, um Orçamento de aproximadamente cento e cinquenta e seis milhões de Euros (trinta e um milhões e duzentos mil contos em linguagem antiga). Reportemo-nos, caros colegas de Assembleia, às taxas de execução normais do executivo socialista neste mandato ou no anterior mandato, que rondaram sempre os 47%; 44%; 45%;

47%. E dando de barato até que este ano vamos atingir os 50% — o Sr. Salavessa falava em 44%, à data, em Dezembro, quando se discutia a Comunicação do Presidente. As nossas contas variavam um pouco mais, dava 45%, mas damos de barato até que vamos aos 50% de taxa de execução (em Fevereiro veremos as contas de 2002); ora para um Orçamento de cento e cinquenta e seis milhões de euros, uma taxa de execução de 50%, são qualquer coisa como setenta e oito milhões de euros, quinze milhões de contos, números redondos!

Acontece que as despesas fixas desta Câmara, como muito bem aqui foi dito, com o pessoal o Sr. Presidente vai gastar 10,4 milhões de euros, com bens e serviços gastará 18,5 milhões de euros, com os juros da dívida gastará 2,4 milhões de euros, com a amortização do passivo financeiro gastará 10,5 milhões de euros e com o Estádio gastará 30 milhões de euros.

Só nestes 5 itens o Sr. Presidente gastará 71,8 ou 72 milhões de euros, como quiser! Para 78 milhões de euros, que é a taxa de execução média de um Orçamento de 156, sobram-lhe cerca de quatro milhões de euros, oitocentos mil contos. Diga-nos Sr. Presidente (pelo menos isso), quais as suas prioridades para investir esses oitocentos mil contos; esses quatro milhões de Euros? Porque alguma coisa há claramente que ficar para trás.

É evidente, Sr. Presidente, que o senhor vai-me dizer que há aqui alguma confusão de números; se calhar até há! Também dou isso de barato. Sei que o Sr. Presidente, nos propõe para análise de discussão e aprovação um Plano de Actividades e Orçamento que nos deixa sem margem de manobra — a todos nós Aveirenses, não é a nós CDS, não é ao PSD, não há-de ser ao PS, nem ao PCP; é a todos nós Aveirenses. Este Orçamento deixa-nos completamente sem margem de manobra e deixa-nos sem margem de manobra, porque foi um Orçamento corolário, digamos assim, daquilo que tem vindo a ser o investimento desordenado — porque deficientemente coberto em termos financeiros pela Câmara de Aveiro.

Eu disse e volto a dizer: o Sr. está a fazer em quatro, se calhar, aquilo que poderia fazer em doze — e todos nós lhe bateríamos palmas. Não podemos a todo o custo apoiar algo que vai desta forma insustentadamente, sem base, sem cobertura financeira concreta, adequada, e que nos dê e que nos transmita confiança. Não poderíamos, Sr. Presidente, chegar aqui e tirar-lhe a chapelada pela maravilha de Orçamento que aqui tem — Temos medo! Todos nós temos medo. E mais do que medo, todos nós temos a certeza de que Aveiro está (como dizia o Sr. Vereador Capão Filipe) a penhorar o seu futuro. E se não estamos empenhados no futuro de Aveiro estamos a empenhorá-lo — passe aquilo que não se pode dizer do futuro de Aveiro.

E desta forma Sr. Presidente, eu diria (talvez em nome da bancada do CDS/PP), de certeza, que há uma posição final de princípio que nós bancada temos que assumir em relação a este documento; passe a tristeza com que continuamente vemos documentos deste estilo, sobrevalorizados nas receitas e subvalorizado nas despesas. Com um investimento do qual não conseguimos perceber o nexa causal. Não conseguimos pegar na ponta da meada e ir até ao fim do novelo. É impossível, a meada está de tal maneira embaralhada ou embaraçada, que não há roca que a desembarace e que a enovele como deve ser.

E o problema aqui, Sr. Presidente, é que nós CDS somos confrontados entre um Plano de Actividades que vai contra os nossos princípios e a nossa consciência. Eu li algures esta semana a entrevista do líder de bancada do Partido Socialista a um jornal semanário desta cidade. Dizia-se “estafadamente” (perdoe-me pela enésima vez), que o Estádio era um desígnio de Aveiro e que a Assembleia Municipal não podia esquecer-se de que votou a favor desse mesmo Estádio!

Eu digo ao Dr. Filipe Brandão, directamente, caríssimo amigo, que o Sr. não precisa de nos mandar recados pelos jornais. Todos nós que aqui estamos, creio eu, sabemos o que aqui fazemos e ao que aqui vimos. E portanto, sabemos com que responsabilidade ou

irresponsabilidade aqui estamos. Portanto esses recados pelos jornais, o Dr. Filipe Brandão guarde-os para quem precisa. Porquê? Nós dizemos aqui, como já dissemos, votámos a favor do Estádio; votámos sim senhor. Congratulámo-nos com isso. Congratulámo-nos sim senhor. E mais, votámos também a favor de um orçamento de seis milhões de contos. A “Câmara de Aveiro foi defraudada” disse o senhor Presidente da Câmara!? Foi defraudada a Câmara de Aveiro e nós dizemos: “defraudados fomos também nós”. Porque a nós não foi a UEFA, nem mais ninguém, que nos apresentou um orçamento de seis milhões de contos — foi a Câmara de Aveiro!

Portanto Dr. Filipe Brandão, se não podemos apontar o dedo à Câmara de Aveiro certamente que à UEFA é que também não podemos. O garante da boa gestão dos dinheiros públicos tem que ser a Câmara de Aveiro. É para ela que nós trabalhamos. É com ela que nós trabalhamos. É a ela que nós fiscalizamos. E aqui não tem que haver a menor dúvida! Assumimos então, tirando isto, que votámos a favor. E assumimos na altura com aquele orçamento, que este era um desígnio de Aveiro. Não deixamos de o fazer! Porque para além de tudo, há algo que nós nunca deixaremos que aconteça — é que o nome de Aveiro caia na lama. E pior do que a Câmara de Aveiro ou o seu Executivo sair descredibilizado porque não consegue fazer o Estádio, seria Aveiro aparecer em tudo o que é parangonas de jornais e televisões sensacionalistas que aqui temos, dizendo: Aveiro não conseguiu fazer o estádio!

Portanto Sr. Presidente, esse desígnio, embora com premissas erradas, embora de uma maneira que não foi a mais correcta por parte da Câmara de Aveiro, nós também o vamos assumir. Mas não vamos assumir outra coisa! Não vamos assumir como disse e muito bem o meu colega de bancada Dr. Jorge Nascimento “que viabilizaremos este Orçamento”; não vamos assumir isso. Esse ónus e de uma vez por todas os aveirenses tem que perceber isso, esse ónus vai cair sozinho (se tudo correr bem e se Deus quiser), nas costas da bancada do Partido Socialista. Vai ser o Partido Socialista, que vai ter que dizer à opinião pública Aveirense “nós sozinhos viabilizámos este Orçamento” porque nós Partido Socialista, entendemos, que este é o melhor Orçamento para a Câmara de Aveiro e para Aveiro nos próximos dois anos!

Aí, Dr. Filipe Brandão, como líder da bancada do Partido Socialista, lanço-lhe esse desafio. É isso aquilo que o Sr. tem que fazer. E tem que fazer mais. Tem que dizer e tem que saber (como o Presidente da Câmara e o Executivo têm que saber), que a partir de hoje, a partir desta data - estão sozinhos. A partir do momento em que o Partido Socialista viabilizar este Orçamento estarão sozinhos. Estarão sozinhos nos desígnios que este Orçamento e este Plano de Actividades contêm. Como estarão sozinhos no arcar das responsabilidades que a não prossecução correcta, devida e formal, deste Orçamento, pode trazer para a cidade de Aveiro.

Criticámos o que entendo que neste momento deveríamos criticar! Vamos assumir com coragem e até ao fim, todas as posições — as passadas e as futuras. Assumimos também, claramente, uma postura bivalente. Primeiro, coerência - aquilo que o CDS vota na Câmara Municipal de Aveiro é aquilo que o CDS vota nesta Assembleia. Trabalhamos com coerência, trabalhamos em conjunto, trabalhamos em equipa e os aveirenses um dia vão saber reconhecer isso.

Em segundo lugar. Assumimos uma postura de responsabilidade que o Partido Socialista (perdoe-me novamente) a nível nacional não soube fazer, quando esse repto lhe foi lançado aquando da aprovação do Orçamento Geral de Estado. Aqui em Aveiro trabalhamos com responsabilidade. Não dizemos como o outro (que não me recordo agora o nome): “boa viagem, nessa viagem estão sozinhos”. Não! Dizemos assim aos aveirenses (porque não é para a Câmara que nós falamos, dizemos aos aveirenses): “tenham a certeza que cá

estaremos quando for preciso” - como a nível nacional agora, foi, corrigir, emendar, pôr no bom caminho, curar, tratar aquilo que de gravoso está. Muito obrigado Sr. Presidente.”

(entrou na sala o Vogal Luís Paulo Pinheiro Tavares)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Serão estes, um Plano e um Orçamento de rigor? Serão estes, um Plano e um Orçamento verdadeiros? Por tudo o que já foi dito nesta Assembleia é evidente que não.

Quando nós sabemos que as receitas reais de 2002 andarão na ordem dos sessenta milhões de contos, cerca de 50% do orçamentado, e que perante uma receita real de sessenta milhões de euros das quais (é bom sublinhá-lo), das receitas reais do ano passado, dos sessenta milhões de euros, 17,5 milhões de euros resultaram de empréstimos. É preciso que se diga, que esperar cento e cinquenta e seis milhões, dos quais apenas doze milhões de euros de empréstimos; é um sonho irrealizável!

E todos nós sabemos, incluindo a Câmara e o Sr. Presidente, que assim é. Portanto, verdade e rigor são coisas que estão absolutamente alheadas deste Orçamento e deste Plano de Actividades.

O Sr. Presidente afirmou na comunicação verbal, que pretende uma “comunidade coesa e competitiva” - com estas Grandes Opções e com este Orçamento?! Será assim que nós atingimos coesão e motivação? Penso que não. Não é prolongando um estilo que conduziu a uma dívida a entidades não financeiras, na ordem dos vinte e quatro milhões de contos, que se consegue esse objectivo.

E já agora, o deputado Granjeira acabou por fazer uma intervenção em que retomou alguns aspectos essenciais da minha intervenção da reunião anterior. Entretanto, queria dizer que não estou de acordo, porque também a dívida às entidades oficiais aumentou. Portanto os números não estarão correctos. Não é agravando taxas e fazer preços que incidem sobre os bolsos do cidadãos, que num momento de dificuldades económicas conhecidas para todos os portugueses, que se consegue esse objectivo da coesão e da motivação.

O Sr. Presidente e a sua Câmara, teriam contribuído para esse objectivo caso assumissem os problemas e os enfrentassem; em vez da fuga para a frente, que este Plano e Orçamento claramente indiciam mais uma vez!

O Sr. Presidente afirmou na comunicação escrita, que a construção do Estádio não é paralisante da restante actividade municipal! Ora aí está algo que carece de demonstração. É o Sr. Presidente que afirma, na introdução escrita ao Orçamento, que o Estádio vai mobilizar cerca de um terço do montante global das receitas. Ou seja, cerca de um terço dos cento e cinquenta milhões de euros do Orçamento. Ou seja, mais de cinquenta milhões - é o que está escrito! Entretanto, Sr. Presidente na comunicação verbal já não deu esse número, falou em quarenta e dois milhões!?

A realidade andaré entre os quarenta e dois milhões da comunicação verbal e os cinquenta e tal milhões da comunicação escrita — o mesmo talvez, um pouco mais! Mas o que sabemos é que esta parte do Orçamento, as despesas quase de certeza que será concretizada. Este é que é o drama que nós teremos que enfrentar! Esta é que é a realidade que nós temos de enfrentar! Se há coisa que é real nisto tudo é isto que aqui está; é este valor.

O Estádio terá consequências e pode ser paralisante do conjunto da actividade municipal; negar essa possibilidade é negar o risco.

É um risco que tem que ser encarado como tal, até para que não aconteça. Até para que ele possa ser evitado. Portanto, chegar aqui e dizer: que não senhor... estão aqui 42 milhões, 50 milhões, mais 8 menos 8, é mais ou menos a mesma coisa, isto não será paralisante; não pode ser! É um risco real.

Portanto Sr. Presidente, Srs. Deputados, este não é um Orçamento de rigor. Não é um Orçamento de verdade. Não é um Orçamento solidário — tal como aqui já foi demonstrado e por isso mesmo basta. A pretensão do PCP na votação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro, pelo interesse do concelho, pelo interesse dos aveirenses, há que votar contra estas Grandes Opções do Plano e respectivo Orçamento.

Pelo contrário, quem com a abstenção o viabilizar, acompanha o PS na responsabilidade política da situação que está a ser criada. E não venham agora com argumentos de coerência entre a Câmara e a Assembleia porque senão eu trago aqui quantas vezes a votação da bancada do PP foi diferente da votação do seu Vereador na Câmara Municipal de Aveiro!

Hoje a questão que se coloca é esta: o que é que aconteceria caso o Orçamento fosse rejeitado? O Plano e Orçamento iam para trás e a Câmara tinha que se governar com os duodécimos do Orçamento anterior.

Ora, os duodécimos do Orçamento anterior chegam e sobram para a gestão corrente; a maior parte dos investimentos já está prevista no Orçamento anterior, com poucas excepções. E aí, estaríamos disponíveis para em tempo record aprovar um Orçamento que fosse expurgado desta característica de sobre-orçamentação das receitas e das despesas. Que permite... esta questão é que isto é inócuo. Esta mudança de posição tem a ver com o nós considerarmos que “basta”. Porque não se trata de dizer assim: isto é um Orçamento que a Câmara tem e tal, eles põem desta maneira, isto não tem consequências, fazem o que fazem... Não! Nós consideramos que este estilo está na raiz do endividamento. Está na raiz do deslizar financeiro da Câmara Municipal de Aveiro. Portanto, nós não podemos aceitar que isto continue assim — ou pelo menos não é com o nosso voto.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

B

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Diamantino Jorge (PPD/PSD)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Pedro Cardoso (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Não quero alongar-me muito, quero, obviamente, comentar o documento que está em apreciação.

Depois das críticas que foram aqui apresentadas, devo dizer, que tenho dúvidas que outros partidos conseguissem fazer aquilo que o Dr. Alberto Souto tem feito por Aveiro. E tenho dúvidas, que conseguissem, com os condicionalismos que existem, fazer um documento melhor do que este.

No entanto, e apesar de expressar a minha solidariedade política e o meu voto favorável, gostava de manifestar a minha preocupação pela falta de um documento que acompanhasse este, que incluísse uma proposta de saneamento financeiro para resolver as dívidas da Câmara!

Eu não posso deixar passar esta sessão sem manifestar esta minha preocupação em consciência. E queria saber o que é que a Câmara tem, ou pretende fazer, relativamente ao seguinte: têm-me chegado comentários de vários municípios, que me desagradam, porque eu

subscrevi e subscrevo o projecto que o Presidente da Câmara tem para o Município de Aveiro e, portanto, esses comentários desagradam-me como se fossem directamente a mim porque fazem referência a determinadas empresas às quais a Câmara deve dinheiro.

Ao fazerem telefonemas para a Câmara a pedir que as suas dívidas sejam liquidadas, nomeadamente, empresas de iniciativas de animação cultural da cidade, o que acontece é que estas tentativas de contactos são frequentemente evitadas! E a sensação ou a convicção que eu tenho, é que em vez de ser infligido às empresas a sensação de estarem a pedir esmola à instituição, a Câmara deveria, pelo contrário, tomar a iniciativa de pedir desculpa aos credores pelos atrasos no pagamento. Esta falha evidentemente é perdoada, se tivermos em conta o montante envolvido nas chamadas de telefone que tal implicaria — o que certamente agravaria ainda mais a situação financeira da Câmara. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: c

“Vou então tentar esclarecer algumas das questões que foram colocadas.

Em primeiro lugar, uma questão que foi recorrente e que é a sobrevalorização deste Orçamento, um empolamento dos valores e concomitantemente, o risco de termos uma taxa de execução baixa.

Eu tenho muito gosto em repetir isto e agradeço a oportunidade que me dão de o fazer. Prefiro que fiquem com a preocupação de uma estatística má do ponto de vista da execução orçamental, que ronda os 50%, e eu ficar com a estatística que mostra que em 5 anos o investimento em Aveiro aumentou 100%. E não estou a falar de números virtuais. Estou a falar de investimento e a despesa realmente feita. Tenho muito gosto em sublinhar, que mais importante do que as taxas de execução, que valem o que valem, é mais importante para o progresso, para o desenvolvimento de Aveiro e para a qualidade de vida de todos nós, o aumento sustentado, gradual e contínuo, que até hoje temos conseguido fazer de 20% ao ano. Essa é a estatística que me importa registar. De resto, há entendimentos diferentes sobre de facto a função e o papel de um orçamento municipal, que eu respeito e que eu compreendo. Mas eu chamava à atenção para alguns constrangimentos que o Dr. Raúl Martins bem evidenciou. É preferível, do nosso ponto de vista temo-nos dado bem com esta metodologia de apresentação e elaboração dos Orçamentos, parece-nos sempre preferível, nós na estimativa que fazemos das receitas, incluirmos todas as verbas que potencialmente podemos receber quer do III Quadro Comunitário de Apoio, quer da alienação de terrenos (para só dar estes dois exemplos), do que não as inscrever e passar o ano com orçamentos rectificativos e revisões do orçamento, que certamente também não seria uma boa forma de trabalhar.

Acresce, que eu estive a ouvir com toda a atenção e não ouvi uma única proposta de todo o plenário no sentido de ser cortada qualquer despesa!? Qual é a metade que cortam? Qual é a metade que cortam deste Orçamento? Qual é o investimento que se propõem cortar? Quais são as obras de fachada, como aqui foi dito com alguma ousadia eu diria, retórica, quais são as obras de fachada que propõem à Câmara, aqui e agora, deixar de fazer? As escolas? O Saneamento? O Teatro Aveirense? A Unidade de Saúde S.^{ta} Joana? A Habitação Social em Cacia? Os Muros? Os arruamentos nas freguesias? Não! Não há um exemplo de uma obra supérflua. Não há! Não conseguem encontrar e por isso, honestamente, ninguém propôs que se cortasse na despesa.

Não sei quais são as despesas de investimento que não são boas! Sei que há despesas correntes que são boas também. Aumentaram 3 rubricas nas despesas correntes, aumentaram as despesas inerentes ao pessoal (e estamos a falar nas despesas de representação que esta Assembleia aprovou), estamos a falar das despesas inerentes ao funcionamento da própria

Assembleia Municipal, e estamos a falar das transferências para as Juntas de Freguesia. Foram as únicas rubricas que aumentaram. E depois aumentou também as transferências para as empresas municipais por força do Estádio e da POLIS. São aumentos que desse ponto de vista, são aumentos saudáveis e importantes.

Já em relação a 2003 e como o Filipe Neto Brandão pôde observar, apesar de nominalmente e quantitativamente este Orçamento poder ser visto como o maior Orçamento de sempre – eu disse na minha introdução que era um Orçamento “atípico”, e é. Porque se nós excluirmos de facto o investimento relativo ao Estádio, que são 42 milhões de euros; se nós excluirmos a verba que está prevista para ser transferida para os Serviços Municipalizados (que aumenta) que são 5 milhões de euros; se subtrairmos ainda o passivo assumido de 24 milhões de euros, nós chegamos a um Orçamento real para este ano de 84 milhões de euros, que pode ser comparado com o Orçamento do ano passado de 131 milhões.

O que quer dizer que há de facto uma diminuição sensível e uma redução de despesa até aos limites do que é possível fazer-se, para que o município não fique paralisado e para que todos aqueles investimentos que todos concordamos, que pelos vistos são essenciais, não deixem de ser feitos.

Outros ficaram certamente, o Dr. Raúl Martins explicou, houve que renunciar a alguns deles e deu alguns exemplos pertinentes, que fomos obrigados não a renunciar, mas a adiar durante um ou dois anos. Temos que ser realistas, apesar do nosso optimismo, e deixar por fazer para já alguns investimentos: a avenida de S. Bernardo, a Avenida de S.^{ta} Joana, todo o nosso programa de avenidas que se recordarão têm que ficar adiadas por algum tempo – naturalmente não podemos fazer tudo de uma vez. Queria ainda lembrar isto, e a prática temos dado razão, há projectos que têm dinâmicas próprias e que nós temos que antecipar; há projectos que andam mais depressa outros que andam mais devagar. Se nós não os previrmos no Plano e Orçamento, é uma oportunidade que pode ficar perdida. E portanto, preferimos fazê-lo e os resultados são bons.

Também ouvi aqui hoje uma teoria que nunca tinha ouvido que é de que “um bom gestor público deve ter mais receitas do que despesas” - nunca tinha ouvido dizer isto! Porque isso é sinal de que estamos a receber dinheiro público e que estamos a ficar com ele no cofre. Não o gastamos!? Não o investimos!? Isto faz algum sentido na nossa vida privada em que temos que aforrar, temos que poupar; faz algum sentido nas nossas empresas, em que é preciso fazer novos investimentos; agora, conseguir captar recursos públicos e não os aplicar imediatamente e bem, no município, é uma tese que compreendo muito mal.

A intervenção do Prof. Manuel Coimbra já foi devidamente contrariada e eu abstenho-me de mais exemplos. Acho que ao contrário – e permita-me que lhe retribua o piropo com toda a simpatia - se houve aqui alguém que foi deseducativo hoje, foi o momento da oposição que tentou fazer. Que foi muito retórica, não assente nos factos, e ainda por cima omitindo alguns dados importantes. E foi também contraditório. Começou por dizer que não havia receitas, depois reconheceu que as receitas iam aumentar; não acredita na nossa alienação de terrenos! Temos de ser prudentes é certo, mas a verdade é que como não vendemos os terrenos nos anos anteriores eles estão cá e, portanto, temos agora um activo que não delapidámos – ao contrário do que foi dito em anos anteriores, que nos permite com as condições de planeamento que entretanto foram criadas por esta Assembleia designadamente no Plano de Pormenor do Centro, nos permite mobilizar para a construção do Estádio.

Também estou de acordo – de passagem só, para fazer esta referência: com a intervenção que fez o Sr. Deputado Armando Vieira, quando diz que é preciso repensar muito a sério o modelo de financiamento das autarquias. Julgo que foi o meu colega de Gaia, o Dr. Filipe Menezes, que pôs o dedo na ferida na sua intervenção naquele encontro de autarcas. De facto o modelo de financiamento das autarquias, que assenta uma boa parte das receitas na

construção civil, é um modelo que está esgotado e que tem que ser seriamente repensado para que a nossa capacidade de responder atempadamente aos nossos compromissos não passe por situações deselegantes como o que a Teresa evocou e outras mais graves.

De resto deixem-me dizer-lhe que quanto ao nosso endividamento, não me custa nada assumir a afirmação que aqui foi feita de que “no tempo da gestão anterior havia um quinto dos encargos”. Também havia um quinto do Investimento! E por isso a relação se quiserem entre o nível do endividamento e o nível do investimento é exactamente a mesma.

Já quanto às transferências para as freguesias, e deixe-me aqui contrariá-lo frontalmente Sr. deputado Armando Vieira, de modo nenhum nós funcionalizámos, quer na nossa relação política, quer na nossa consideração pessoal, os Senhores Presidentes de Junta. Pelo contrário, têm o nosso grande reconhecimento, todo o apreço e consideração política. A verdade é que as receitas das freguesias são também ínfimas e não podemos mudar a lei do país. Agora, transferimos para as freguesias este ano (em ano difícil), o montante de um milhão cento e trinta e seis mil euros (que eu peço ao Diogo para tomar nota porque disse que não tinha percebido), que quando comparado com o montante que foi transferido em 2001, que foi um ano de eleições em que foi o ano em que nós nunca tínhamos transferido tanto, é superior ao ano 2001 — não é superior ao ano 2002. O montante que está previsto no Orçamento em 2003 é superior ao montante que foi transferido em 2001, que era de novecentos e trinta e seis mil euros. E tudo isto dá um bocado a medida do esforço e da consideração que temos pelas freguesias.

Mas é claro que eu também tenho muito gosto em lembrar um conjunto de investimentos que se estão a fazer. Já se fizeram ou estão previstos por essas freguesias fora e que fazem com que a preocupação de termos um município coeso e a crescer equilibradamente não se perca. O Saneamento. Eu tenho muito gosto em repetir isto. Há dois anos que eu ando a dizer que vamos chegar aos 98% e é verdade! Isso não quer dizer que o saneamento esteja parado, quer dizer que (e torno a lembrá-lo), quando as obras cujos concursos públicos foram abertos, lançados e adjudicados, estiverem concluídas, nós vamos ter essa taxa de 98, 99%.

E também quero dizer que à medida que vamos para as freguesias menos populosas a população abrangida é menor e, portanto, a taxa de abrangência da população é atingida mais devagar. Mas estamos a chegar às freguesias mais periféricas e também vamos chegar a Oliveirinha. Julgo que não foram quatro vezes, mas foram mais em todo o caso (foram duas), espero que desta vez seja a boa.

É por isso que também tenho que contrariar o Sr. Armando Vieira, quando diz que em Oliveirinha “não há nada”. Nós esperamos que seja o ano de 700 mil contos (para falar em contos), de saneamento para Oliveirinha, repartidos pelos dois anos provavelmente, mas não está naturalmente esquecida.

Mas estamos a chegar a Requeixo, a Eixo, já chegámos a Eirol, a Nariz, a Nossa Senhora de Fátima; é um trabalho notável o que se está a fazer. Os campos relvados em S. Jacinto, Oliveirinha e Eixo; não são freguesias centrais. As avenidas que tínhamos previsto, o Parque de Feiras está em S.^{ta} Joana; o Estádio está em duas freguesias; o Arquivo Distrital está em Aradas; a Pista irá para Cacia e continua o projecto bem vivo; o Ferry-boat de S. Jacinto; a Pateira, que esperemos que este Governo possa com a SIMRia manter o compromisso que assumiu perante Aveiro, Águeda e Oliveira do Bairro, de encontrar os fundos para a recuperação de toda a Pateira; para além do projecto específico de recuperação do parque do lado de Requeixo que está no âmbito da Associação de Municípios da Ria e que esperamos que possa ser concretizado. Portanto, em relação às freguesias, tenho a íntima convicção e vontade de que os investimentos e toda a nossa atenção possa continuar a ser canalizada.

Aproveito para lembrar de passagem que este mês mesmo (a partir da próxima 2.ª feira), iremos dar início e concretizar uma ideia que apareceu em campanha eleitoral, que é a de eleger e dirigir cada freguesia como capital do município. Julgo que é uma iniciativa inédita no país, que diz muito da forma como entendemos a partilha do poder autárquico, o exercício do poder junto das populações e com elas, e que esperamos que seja um sucesso também para ajudar a resolver os problemas e a senti-los melhor.

Depois há aqui questões de outra índole, mas que eu não gostaria de deixar de responder. Senhor Eng.º Diamantino Jorge, eu não conheço bem os números de Águeda, mas deixe-me dizer-lhe que atendendo-me apenas aos números que referiu, se somarmos os números que transferimos para Requeixo – os tais 21 mil euros, mais os 13 mil da delegação de competências, mais os valores em materiais que são atribuídos (suponho que os valores que referiu para Requeixo correspondem à capitação normal) os valores que referiu para Segadães correspondem aos 10% de receitas próprias e não aos 10% que a Câmara faz acrescentar às receitas próprias das freguesias. E reconhecendo que é pouco, chegamos a um valor que é superior de facto àquele que referiu.

De resto queria sossegar todos. A escritura do lote relativo ao “Hotel Mélia” foi efectuada e se tudo correr bem teremos hotel dentro de um ano – se aquilo que o promotor divulgou poder ser cumprido temos um ano de obra e, portanto, poderemos ter o hotel construído daqui a um ano, um ano e pouco.

A Praça Marquês de Pombal. A chuva tem sido impiedosa e de facto tem atrasado os trabalhos, mas eles estão a prosseguir dentro das possibilidades.

Quanto à “ZIAR” é algo que nós (é um nome de guerra), Zona Industrial e Armazenagem de Requeixo, é algo que nós queremos concretizar um pouco por todo o concelho de acordo com os instrumentos de planeamento. Que é outra coisa que eu tenho que contestar totalmente! Nós estamos a fazer um trabalho de planeamento (que esta Assembleia tem sido testemunha), muito válido, conseqüentemente e sem dar tréguas. Esta Assembleia teve a oportunidade de aprovar no ano passado o Plano de Pormenor do Centro e o Plano de Pormenor da Baixa de S.º António, e de apreciar e de não aprovar o Plano de Pormenor de Sá-Barrocas. Mas além disso, também já tive a oportunidade de apreciar o Plano de Urbanização e temos em vias de trazer a esta Assembleia o Plano da POLIS, o Plano do Parque Desportivo e o Plano da Zona Industrial do Mamodeiro e iremos então iniciar a revisão do PDM. Não me digam que falta planeamento na Câmara de Aveiro! Para além dos estudos urbanísticos que vamos efectuando e que são também do conhecimento generalizado.

Eu gostava de concluir a minha intervenção dizendo, só um parêntesis nesta linha que venho a seguir, para dizer ao Senhor Braga Alves, que de facto não tem sido fácil concretizar essa permuta que ficou e cujos antecedentes o Sr. Braga Alves bem explicou.

Eu tive a oportunidade de dizer nesta Assembleia e reafirmo, já o disse ao Sr. Braga Alves também; é uma situação muito delicada. Foram promessas que foram feitas e contratos que foram passados, mas na avaliação que nós fazemos das prioridades, tenho que reconhecer que os “Dragões” não aparecem na nossa lista de prioridades e que temos outras que temos que resolver primeiro. Portanto, gostava de lhe dizer isto, uma vez que realmente o assunto foi tratado aqui na sua ausência.

Concluindo, eu acho que este Orçamento... já foi quase tudo dito. Também sobre as condições especiais que o condicionam, que eram apenas a má situação que o país atravessa e as implicações que isso tem nas receitas de todas as autarquias, é por outro lado a construção do Estádio nas condições que se conhecem.

Enfim, eu gostava que um dia a história não contasse aqui sobre esta matéria, que um dia houve alguns deputados municipais ou alguns aveirenses, que não acreditaram na capacidade de Aveiro em construir o Estádio e em levá-lo para a frente em condições

económicas e financeiras muito difíceis. Tenho pena se isso acontecer. O Estádio vai fazer-se e espero que seja isso que um dia a história conte e que daqui a um ano ou dois possamos pois estar libertos dos constrangimentos desse investimento maior que vai marcar Aveiro a todos os níveis, para poder prosseguir com outros não menos importantes. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: D

“Serei breve, nesta fase já do debate. Mas gostaria de nesta segunda intervenção e uma vez que estive calado o resto do tempo todo, gostaria de dizer que estive com atenção a ouvir o debate porque é importante que neste debate sejam lançados argumentos e depois esses argumentos sejam rebatidos por quem nunca concorda connosco.

E por isso, apresentei a minha análise do Plano e Orçamento, tendo feito uma primeira análise baseada nas Grandes Opções do Plano comparando 2002/2003, e depois fui fazer uma análise das estimativas das receitas e das despesas obrigatórias. E aquilo que constatei é que a minha análise não foi rebatida substancialmente pelo PS!

Antes pelo contrário, a análise que fiz foi reforçada por muitos oradores que depois se seguiram. A excepção que eu admito, teve a ver com o planeamento urbanístico e com a comparação que fiz entre 2002 e 2003. É um facto que o planeamento urbanístico de 2003 é zero! Mas reconheço pela informação que foi dada pelo Dr. Raúl Martins e pelo Dr. Filipe Neto Brandão, que tiveram o cuidado de informar que estes investimentos no POCAL aparecem noutra lado. Reconheço!

Mas não tenho problemas por isso, em assumir esta minha leitura parcial no que diz respeito a esta rubrica e que por isso não lhe inviabiliza, antes pelo contrário, até acho que reforça e fortalece os outros argumentos todos que apresentei.

E sugeria o seguinte: é que até dado o entusiasmo com que os meus colegas socialistas que gostam de descobrir as diferenças entre os números por mim apresentados e aqueles que constam do Plano e Orçamento e pedindo aos Serviços desculpa pelo trabalho extra que lhes vou causar, mas gostaria que a minha intervenção anterior e também esta explicação ficassem em acta.

Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, quando nos desafia a dizer que obras é que se cortam. Infelizmente quando não há dinheiro, a sensação que nos dá é que o Senhor Presidente da Câmara, ao colocá-las no Plano não está a fazer mais do que dizer-nos que as vai cortar todas.

O Senhor Presidente não tem capacidade, como nós demonstrámos, para fazer aquelas pequenas obras que diz que vai fazer. E por isso, o que nós reivindicámos é que fosse o Senhor Presidente a dizer de quais daquelas obras é que realmente quer fazer? Porque assim, assumimos que não vai fazer nenhuma.

Dizia também o Senhor Presidente, que o investimento desde que o PS está no poder aumentou!?! Aumentou mas à custa da banca e dos fornecedores! É aí que foi buscar o investimento!

Por último. Um registo acerca da motivação do Partido Socialista para votar este Orçamento. Foi dito pela minha colega Teresa Fidélis, que este Orçamento vai ser votado

favoravelmente “porque ninguém podia fazer melhor”. Ou seja: não é porque este Orçamento é bom – é por um acto de fé. Está tudo dito!”

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Vou ser extremamente rápido. Primeiro, gostaria que o Senhor Presidente respondesse àquelas duas questões que eu lhe coloquei que não respondeu; relativamente à verba atribuída à PDA que não foi financiada pela Câmara? E relativamente à questão das expropriações futuras que a PDA vai realizar naqueles terrenos?

Segundo. “Diz o roto ao nu: queres um Estádio?” Claro que o nu quer o Estádio! É que é mesmo assim, não é. Agora, a questão que se prende com tudo isto foi a estratégia e a visão estratégica que a Câmara teve nisto tudo.

Quer dizer, com este frenesim todo de obras, o problema não é a má situação que o país atravessa; ou se calhar não é esse o maior problema. O maior problema foi o endividamento que a Câmara teve e que se propôs fazer obras para as quais não tinha dinheiro para as fazer. Resumindo e concluindo é isto! Portanto é uma Câmara digamos assim – frenética!

Eu acredito que o Senhor Presidente seja uma pessoa empenhada; sinceramente que acredito que sim. Agora, o que eu acredito também, é que estamos a empenhar o futuro dos aveirenses!? E acredito que o que vai acontecer, muito sinceramente, com tudo isto, é que o último que vier (já lhe disse numa altura isto), vai fechar a porta! E coitado desse último que vier. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara – para os esclarecimentos tidos por pertinentes.

Membros da Assembleia:

Vogal António Salavessa (PCP)

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, nos termos regimentais, a pedido da bancada do CDS/PP.

Retomados os Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 3 - Câmara Municipal – Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2003, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e dois votos a favor (PS19+PSD2+PP1), doze votos contra (PSD11+PCP1) e seis abstenções (PP5+Ind.1)

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):

“Votei contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal, pelo facto de considerar que os mesmos não são nem rigorosos, nem verdadeiros, nem solidários.

Votámos contra, porque também não são inócuas as consequências da sua aprovação. A sobre-orçamentação que tem sido seguida nos últimos anos é uma das causas da derrapagem financeira da Câmara Municipal.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Aveiro, votou contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2003, por serem perspectivas ou por perspectivar receitas que pouco têm a ver com a realidade, tal como vem sendo demonstrado pelas receitas obtidas pelo município nos últimos anos.

Atendendo a que a taxa de execução orçamental será já em 2002 inferior a 50%; propor um Plano e um Orçamento para 2003, ainda 19% maior do que o de 2002, é afirmar e reconhecer que à partida tal não se vai cumprir, tanto no plano financeiro, como no plano de execução das actividades propostas.

Com o voto contra, o PSD demarca-se desta forma, da fuga para a frente que tem marcado as opções do município de Aveiro, fugindo às responsabilidades de redução do passivo a que devia estar moralmente sujeito.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):

“Votámos favoravelmente a proposta que nos vem apresentada pela Câmara Municipal, por entendermos que a mesma, elaborada num cenário económico desfavorável e num enquadramento normativo adverso, não obstante ser claramente condicionada pelo esforço financeiro decorrente da conclusão do Estádio neste exercício de 2003, propõe-se prosseguir o desenvolvimento equilibrado e sustentado do concelho.

Sendo certo, que muitos investimentos se vêem mercê dos referidos constrangimentos adiados na sua concretização, 2003 será também o ano em que se completará o ciclo de infra-estruturação básica em que se construirão escolas em Verdemilho, Eixo e Azurva; em que se concluirá a Capitania; a Sede da Vera Cruz; o Teatro Aveirense; o Parque de Estacionamento da Marquês de Pombal; a reabilitação da Praça do Peixe; a passagem inferior ao Caminho-de-ferro junto ao Centro de Congressos; a 2.ª fase dos muros urbanos da Ria; e a nova estação do Caminho-de-ferro. Isto não falando, obviamente, de mais investimentos designadamente, os da POLIS ou quaisquer pavimentações ou desnivelamento da Lourenço Peixinho, etc., etc.,

Aveiro pois, e a sua centralidade, continuarão a ser afirmadas em 2003.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“Declaração de Voto em nome dos elementos do grupo do CDS/PP que se abstiveram: fizemo-lo, Senhor Presidente e Caros Colegas, não sem que tivéssemos com alguma veemência que reprimir o sentimento individual de cada um de nós que nos levaria numa primeira análise a votar contra este documento.

Abstivemo-nos, por dois motivos essenciais. Primeiro, coerência. Sempre fomos e continuaremos a ser coerentes com aquilo que nós próprios (e não outros), traçaremos como os rumos e as metas que Aveiro tem que atingir — através de nós e connosco.

Em segundo lugar, por uma questão de responsabilidade. Responsabilidade que o Partido Socialista a nível nacional não teve, quando em situação de crise, foi solicitada a sua colaboração no Orçamento Geral de Estado. Nós aqui, à nossa pequena escala, mas muito importante, mostrámos que desta forma, abstendo-nos, somos responsáveis naquilo que são as Grandes Opções do Plano desta Câmara para 2003.

Não se esqueçam porém, que o ónus da aprovação deste Orçamento é do Partido Socialista e deste Executivo. Não se esqueçam portanto, porém, finalmente, que a responsabilidade de o levar a bom porto será desta Câmara e que o povo de Aveiro e os seus eleitores cá estarão para a julgar — julgamos nós, que mal. Muito obrigado Senhor Presidente”.

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD):

“Eu lamento ter de dizer que votei contra (como viram). E... eu gostaria imenso de votar a favor Senhor Presidente da Câmara! Mas este Plano e este Orçamento, não é mais do que um exercício de retórica circunstancial, que depois traduzido (e ao longo dos anos temos verificado isso), na prática, na realidade dura do dia-a-dia, não se consubstancia num real desenvolvimento equilibrado do concelho sustentado; diminuidor das assimetrias existentes. E ainda, no plano muito próprio da Freguesia de Oliveirinha – porque este plano é nitidamente, se abstrairmos o orçamento dos Serviços Municipalizados que espero ver cumprido, é nitidamente o pior plano que alguma vez foi aprovado para a Freguesia de Oliveirinha. Logo, eu não poderia votar de outra maneira se não contra.”

De seguida, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a quarta reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 7 de Janeiro (3.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:45 horas do dia 04 de Janeiro de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)